

O CICLO ELEITORAL VENEZUELANO, 2012-2013: NOTAS SOBRE A CONJUNTURA

The Venezuelan Electoral Cycle, 2012–2013: Notes about conjuncture

*Corival Alves do Carmo*¹

Introdução

A despeito das especulações em contrário, as eleições presidenciais na Venezuela ocorreram no dia 7 de outubro de 2012. Foi a quarta disputa eleitoral tendo como principal candidato, Hugo Chávez Frías, e também a mais polarizada. Por outro lado, foi o momento no qual também a oposição procurou incorporar em seu discurso a Venezuela chavista, aceitou-se algumas das conquistas do governo Chávez como um legado irreversível, a proposta da oposição deixou de ser o retorno ao *status quo ante*, e tornou uma proposta de avançar para além das conquistas e dos problemas advindos da gestão Chávez dentro de um marco ideológico alternativo. Ainda que seja parte da estratégia eleitoral, a oposição foi levada a adotar a defesa da Constituição de 1999, reconhecer a importância dos conselhos comunais, entre outros. Apesar de na Mesa da Unidade Democrática², associação que reúne os principais partidos oposicionistas, conviverem várias tendências com discursos de radicalidade distintas em relação ao governo Chávez, o programa da oposição definido ainda antes das primárias de 2012, que escolheu o candidato da MUD nas eleições de outubro de 2012, delineava fortes críticas ao governo, mas ao mesmo tempo, procurava demonstrar a aceitação do legado social e da mobilização da participação políticas incorporadas à sociedade venezuelana

¹ Mestre em Economia-Unicamp, Professor do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: corival@gmail.com

²Mesa de la Unidad Democrática (MUD) é o nome da organização que representa a maioria dos partidos de oposição da Venezuela. O site é <http://www.unidadvenezuela.org/>

no período Chávez. A oposição compreendeu não ser possível retornar à Venezuela pré-Chávez.

Derrotada por Chávez em outubro de 2012 e nas eleições para os governos estaduais em dezembro do mesmo ano, a oposição encontra a possibilidade de revanche nas eleições presidenciais de abril de 2013, e, especialmente, na expectativa de poder confrontar um governo frágil nos próximos anos que possa ser apeado do poder através do referendo revogatório de mandatos. Ainda que se mantenha a aceitação tácita do legado social de Chávez, com sua morte, abriu-se a possibilidade de nova radicalização do discurso e confrontação com o chavismo, denunciando as supostas práticas antidemocráticas, autoritárias.

Este longo período de ciclo eleitoral venezuelano que começou com a campanha nas primárias da MUD em novembro de 2011 e se encerrará com as eleições municipais, previstas para julho de 2013, mas podendo ser adiadas novamente, marca a consolidação de duas agendas políticas, sociais e econômicas distintas, entretanto, aos dois grupos cabe definir o lugar e o legado de Hugo Chávez no futuro da Venezuela. Não é possível ignorá-lo, não é possível apagá-lo da história como gostaria a oposição; como também não é possível ao PSUV e ao chavismo sobreviver apenas de Chávez enquanto mito, será preciso criar um programa político-econômico e social concreto capaz de sobreviver no longo prazo. Um primeiro rearranjo já aparece nos nomes dos comandos de campanha, no Brasil seria o nome da coligação, de Henrique Capriles e Nicolás Maduro. O comando de campanha de Maduro foi denominado Comando de Campanha Hugo Chávez, o que abriu espaço para Capriles se apropriar de outro nome do imaginário venezuelano, e o candidato da MUD concorre com o Comando de Campanha Simón Bolívar. O que coloca uma questão para o futuro, será possível desmontar a conexão entre Simón Bolívar e Hugo Chávez construída no imaginário popular ao longo do seus 14 anos de governo?

As novas eleições presidenciais venezuelanas são importantes para toda a América Latina, e particularmente para o Brasil e os países da Alba. Ao longo do governo Lula, o Brasil se comprometeu fortemente com o governo Chávez financiando obras de infraestrutura via BNDES, o que permitiu uma crescente presença das

empresas brasileiras na Venezuela. A aliança política entre os dois países, além de viabilizar uma diminuição das pressões dos EUA sobre a Venezuela, permitiu um redirecionamento das importações venezuelanas para o Brasil. As exportações brasileiras para a Venezuela passaram de 600 milhões para 5,0 bilhões de dólares entre 2003 e 2012. A aliança se expressa também na presença da Caixa Econômica Federal, Embrapa e Ipea na Venezuela. A Embrapa e a Caixa, por exemplo, aportaram apoio mais direto à estratégia eleitoral de Chávez ao contribuírem para duas das missões, que deveriam produzir efeitos diretos sobre as eleições, a *Gran Misión Vivienda* e *Misión AgroVenezuela*. Além da afinidade política entre os dois governos, há o risco de, com uma derrota do chavismo, o Brasil perder importantes negócios na Venezuela.

Se as perdas para o Brasil seriam significativas com uma mudança política na Venezuela, para os países da Alba seria desastroso. O baixo grau de institucionalidade da organização facilitou o fim à Alba (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América), e aos acordos correlatos firmados a partir das diretrizes da Alba, o Sucre e a Petrocaribe. Não só a Venezuela tem fornecido petróleo barato para os países da Alba e da bacia do Caribe, como tem se tornado crescentemente um importante parceiro comercial desses países. Qualquer mudança nessas políticas teria efeitos desastrosos sobre vários países da região, inclusive para Cuba, que recebe recursos venezuelanos para prestar serviços médicos e de construção civil na Venezuela.

Por fim, do ponto de vista internacional, ainda há implicações para a integração sul-americana e latino-americana, pois, uma vitória da oposição levaria a uma reaproximação com os EUA e ao afastamento em relação aos governos de esquerda latino-americanos, e nos últimos anos, a região teve no governo Hugo Chávez um dos principais incentivadores do processo de integração. Maduro, ao contrário, para se legitimar necessitará ainda mais dos vínculos com os países da região e especialmente com o Brasil.

O Legado de Hugo Chávez

Em 1998, a eleição de Chávez representou a ruptura final com o modelo político de *Punto Fijo* construído a partir de 1958, quando a democracia foi reintroduzida na

Venezuela, e consubstanciado na Constituição de 1961. O Pacto de *PuntoFijo*, firmado entre as principais forças políticas venezuelanas na época, visava criar condições para garantir a democracia e evitar a ocorrência de novos golpes de Estado, marca da Venezuela até então. Na prática esse modelo gerou uma estratificação do sistema político em torno de dois partidos, AD (Acción Democrática) e Copei, e as principais questões, como a política petroleira, foram colocadas fora das disputas eleitorais, os substratos do sistema não deveriam ser questionados. O bipartidarismo foi fortalecido por não haver eleições para os governos estaduais e municipais. O presidente eleito nomeava todos os governadores. Este sistema se manteve até 1989, quando para tentar oxigenar o sistema político já em crise, iniciou-se a descentralização administrativa com a introdução das eleições para os governos estaduais e municipais. O resultado imediato foi o surgimento de novas forças políticas, ainda que a Venezuela dos anos 1990 tenha sido governada por Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera, lideranças políticas tradicionais dos anos 1960 e 1970 ligadas à AD e ao Copei, respectivamente (FIGUEROA, 2008).

Diante da incapacidade de responder à crise econômica, a tentativa de renovar o sistema político foi insuficiente para criar condições para manter o núcleo do Pacto de *PuntoFijo*. Especialmente, a abertura petroleira iniciada ainda nos anos 1980, que fortaleceu a PDVSA como empresa, mas, associada à queda no preço internacional do petróleo, reduziu os recursos transferidos para o Estado venezuelano. Neoliberalismo, privatizações, acordos com o FMI, inflação descontrolada, restrição orçamentária para o Estado, transferência de responsabilidades para estados e municípios sem gerar novas fontes de arrecadação e recursos, agravamento dos problemas sociais, flexibilização da legislação nacionalista de 1943 para abrir o setor petroleiro e gasífero para os investimentos estrangeiros, redução dos impostos para as empresas que investissem na Faixa Petrolífera do Orinoco, etc. Este contexto gera as condições para a ascensão e popularidade do coronel Hugo Chávez Frías, que em 1992, havia tentado derrubar o governo Carlos Andrés Pérez (MAZA ZAVALA, 2009).

A principal agenda de Chávez, desde o início, foi a refundação da República através de uma nova constituição e da mudança na legislação petrolífera para recuperar

a visão nacionalista presente na legislação de 1943, a qual foi sendo abandonada ao longo dos anos 1980 e 1990. A nova Constituição foi elaborada e aprovada em plebiscito em 1999. A principal novidade está nos artigos que criam a possibilidade para o exercício da democracia direta. Apesar de questionado pela oposição, particularmente no momento da sua introdução, o apoio à Constituição de 1999 é forte entre a população, e, portanto deixou de ser um ponto de debate eleitoral. Ao contrário, a própria oposição usa-a em seu favor denunciando o governo por supostamente violar a Constituição.

Já a alteração na legislação petroleira impulsionou a mobilização das forças políticas contrárias ao governo Chávez dentro e fora da PDVSA. Esteve por trás da tentativa de golpe de abril de 2002 e do *paro petrolero* entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 (LANDER, 2004). Esses movimentos consolidaram a divisão da mídia venezuelana, entre a grande imprensa, fortemente oposicionista com ataques permanentes ao governo, e a imprensa ligada ao governo, que serve para defender o governo e de linha auxiliar para atacar a oposição. Após as tentativas de golpe, o governo criou mais meios de comunicação estatais para ter canais de informação direta à população para impedir que o cenário de abril de 2002, no qual as televisões privadas tiveram um papel ativo no golpe de estado, manipulando e sonegando informações para o público, se repetisse.

A radicalização política na Venezuela se aprofundou desde então. O plebiscito revogatório de mandato realizado em 2004, que inicialmente deveria ser um instrumento para reduzir a tensão, na prática, acentuou a polarização entre as forças políticas. Se, por um lado, a vitória de Chávez serviu para desmobilizar o golpismo, por outro, não diminuiu a radicalização do discurso oposicionista que denuncia o resultado do referendo e das eleições subsequentes. A resposta chavista é radicalizar o discurso da revolução bolivariana, de um discurso nacionalista para um crescentemente socialista e vinculado ao fortalecimento da sociedade organizada nos conselhos comunais como base para a democracia direta. Do ponto de vista econômico, isso significou uma ampliação do papel do Estado na economia e uma crescente estatização de empresas em diferentes setores. Também foram estimuladas as empresas de propriedade social direta

controlada pelos trabalhadores e as empresas comunais controladas pelos conselhos comunais (EL TROUDI, 2010).

Através das missões e vários programas sociais, com participação ativa da PDVSA ou com recursos transferidos pela empresa, o governo Chávez atendeu várias das demandas da sua base de apoio. A PDVSA se tornou o esteio dos programas sociais tendo participação tanto em programas alimentícios, por exemplo, o PDVAL, como nas missões educacionais, por exemplo a missão Sucre, entre outras. Além disso, passou a ser proprietária de empresas de leite, atua para impulsionar as empresas de propriedade social, tem subsidiária para realizar obras de infraestrutura urbana, outra subsidiária para ampliar a produção agrícola do país (PDVSA, 2009), e é a principal responsável pela *Gran Misión Vivienda Venezuela*. As responsabilidades sociais crescentes fizeram com que os recursos disponíveis para a PDVSA investir na sua atividade-fim, a extração e produção de petróleo, diminuíssem. Para sair dessa restrição, o governo Chávez procurou aprofundar as relações do país e da empresa com a China. O país asiático se tornou um provedor de recursos para os fundos de desenvolvimento venezuelanos e para a PDVSA, o pagamento desse endividamento será com envio de petróleo à China. E o aumento da produção petrolífera dependerá das empresas mistas formadas, principalmente entre a PDVSA e as companhias chinesas.

Para avançar na agenda social, o governo Chávez aumentou a cooperação com Cuba, o que permitiu o envio de médicos cubanos para o país. Também foram criados cursos de medicina comunitária nas Universidades Bolivarianas inspirados nos cursos cubanos, o que ocasionou conflitos com as universidades tradicionais e com as organizações médicas. Cuba também apoia os programas esportivos e a construção de habitações. Por outro lado, a Venezuela garante o fornecimento de petróleo a Cuba em condições mais vantajosas do que as já existentes para os demais países da Alba e da Petrocaribe. Gera inclusive a possibilidade de Cuba exportar uma pequena quantidade de petróleo.

Por fim, ainda que os EUA ainda sejam o principal mercado para o petróleo venezuelano, ao longo desses 13 anos do governo Hugo Chávez, houve uma diminuição relativa da importância dos EUA como destino das exportações e origem das

importações. A integração energética sul-americana, que inicialmente era a alternativa procurada por Chávez, não avançou, mas as relações com a China estão permitindo a abertura de um novo mercado que no longo prazo pode mudar os vínculos de dependência comercial e financeira do país dos EUA para a China. A origem das importações foi bastante diversificada, e nesse aspecto, o Brasil foi particularmente beneficiado, como a Venezuela importa grande quantidade de alimentos, o Brasil passou a ser um importante fornecedor. A confrontação com os EUA ainda produziu tanto a busca do fortalecimento da aliança política com o Brasil como a uma forte militância em prol da integração regional ao propor a Unasul, o Banco do Sul, o gasoduto do Sul, entre outras iniciativas.

Chávez não conseguiu mudar o modelo econômico venezuelano. Apesar da retórica, mantém-se o caráter capitalista e rentista da economia venezuelana, e não se pode nem mesmo falar em socialismo rentista. As medidas para alterar a estrutura econômica não produziram efeito. Por outro lado, houve uma mudança social significativa, os recursos obtidos através do petróleo são aplicados em políticas sociais amplas melhorando as condições de vida da população. Por mais que o governo tenha tentado vincular as políticas sociais a novas formas de organização da produção e a construção de um novo modelo econômico, ao fim, os resultados foram decepcionantes. Entretanto, do ponto de vista cidadão venezuelano, anteriormente marginalizado e ignorado pelo Estado, as políticas são bem-sucedidas, porque se as políticas são insuficientes para fazer a revolução no modo de produção, são suficientes para mudar, ao menos conjunturalmente, a vida do indivíduo e sua família. E mais, na medida em que há um estímulo para organização social e política dos indivíduos nos conselhos comunais, eles são reconhecidos como atores políticos e participantes do processo decisório das políticas públicas. Muitas delas definidas e executadas pelos próprios conselhos comunais de forma direta.

Neste aspecto residia a maior dificuldade da oposição, se opor ao presidente Chávez, criticá-lo, apresentar uma alternativa ao mesmo tempo em que aceita o legado chavista e abandona a postura presente nas eleições presidenciais anteriores de propor o retorno à Venezuela pré-Chávez. Com a morte de Chávez, a oposição tem inicialmente

facilitada a tarefa de reconstrução do seu discurso, porque não precisa falar de Chávez e atacar o seu governo, independente dos méritos do governo anterior, a questão que se coloca é sobre a capacidade de Nicolás Maduro dar continuidade a esse projeto e, claro, sobre a legitimidade do vice-presidente nomeado no mandato anterior assumir a presidência da República e candidatar-se mantendo no exercício do cargo de presidente.

As eleições de 2012, a morte de Hugo Chávez, e as presidenciais de 2013

As principais forças de oposição ao presidente Chávez depois de mais de 10 anos foram capazes de se organizar na Mesa da Unidade Democrática. O principal objetivo da MUD era derrotar o presidente Hugo Chávez nas eleições presidenciais, mas para se conseguir manter a unidade nacional era preciso equacionar também os conflitos em nível estadual e municipal. Depois de longas negociações, a MUD conseguiu definir a realização de primárias a serem realizadas no dia 12 de fevereiro de 2012 para os três níveis de governo. O objetivo era consolidar um confronto entre o chavismo e a oposição unificada em todos os níveis de governo. Esta unidade também passou pela aceitação por parte dos partidos mais tradicionais da Venezuela, AD e Copei, que era preciso construir uma nova agenda programática e apresentar novos nomes. O olhar para o passado impediria o sucesso eleitoral do grupo. Neste sentido, os *Lineamientos para el Programa de Gobierno de Unidad Nacional (2013-2019)*, firmado por todos os pré-candidatos à presidência da República da Mesa da Unidade Democrática em janeiro de 2012, procuraram manter um equilíbrio entre a continuidade das políticas e inovações institucionais chavistas com propostas de mudanças, especialmente visando o fortalecimento dos governos estaduais, retomada da descentralização com transferência de responsabilidades do governo nacional para estados e municípios, fim do que seria a politização e partidarização da PDVSA e das políticas sociais pelo governo Chávez, entre outros. Na medida em que acusam o governo Chávez de ditatorial, várias propostas de mudança reduzem-se à defesa da democracia e ao respeito aos direitos humanos. Inclusive sobre a Unasul, o projeto propõe “*Promover la reorientación de los objetivos de UNASUR hacia la defensa de la democracia y los derechos humanos*” (MUD, 2012, p.161).

Ainda que os *Lineamientos* não apontem concretamente uma ruptura com a política externa do presidente Chávez, faz um diagnóstico geral bastante negativo,

Después de doce años de gobierno, el balance de la acción internacional de Venezuela es negativo: una creciente intervención en los asuntos internos de otros Estados; la profundización de la confrontación en las relaciones internacionales; la conformación de alianzas geopolíticas ajenas a nuestra tradición pacífica y democrática; la construcción de un ambiente guerrillero para enfrentar supuestas agresiones externas; y la utilización del petróleo como arma de chantaje político internacional. El manejo excluyente e irrespetuoso de la legalidad internacional, ha contribuido al desprestigio del país, y al debilitamiento de la soberanía nacional. Sólo la importancia de la producción petrolera de Venezuela ha impedido su aislamiento en la escena internacional. (MUD, 2012, p.156)

De um ponto de vista regional, o documento propõe fazer uma avaliação dos processos de integração da região e da participação da Venezuela, particularmente na CAN (Comunidade Andina), Mercosul e Alba. A Venezuela reingressaria na CAN e procuraria mediar as negociações entre a CAN e o Mercosul (MUD, 2012, p.56). Como mecanismo regional, procuraria ainda o reforço da OEA. No âmbito bilateral, retomar as relações com os Estados Unidos e Israel, e fortalecer os laços com a Espanha. O Brasil aparece quatro vezes no documento. No plano internacional, para apontar o surgimento dos BRICS como um novidade, e como um dos países fundamentais para a política externa de um governo da MUD. Nas outras duas vezes, que o Brasil aparece, é como exemplo positivo da proposta apresentada pela MUD de criação de órgão regulador para o setor de petróleo e gás independente das empresas e do ministério. Em favor das agências reguladoras, a experiência colombiana também é mencionada.

Dos países da América do Sul, além de Brasil e Colômbia, menciona-se também a Guiana pelo contencioso fronteiro. As relações tradicionais com a Colômbia fazem com que seja o país mais mencionado no documento, oito vezes. Os Estados Unidos aparecem três vezes. A China aparece sete vezes entre menções que reconhecem sua nova importância na economia mundial e observações críticas em relação à aproximação realizada por Chávez com o país. São feitas quatro menções a Cuba, todas elas críticas, sobre a necessidade de se conhecer os acordos existentes com o país e de identificar o quanto os interesses venezuelanos estão sendo prejudicados nesta relação, também se aponta a necessidade de se rever o Convênio de Saúde Cuba-Venezuela que

foi a base das missões *Barrio Adentro I e II*, programas que introduziram os médicos comunitários nas favelas venezuelanas. Evidentemente, a MUD não propõe oficialmente acabar com estas missões, no projeto elas seriam integradas à estrutura do Ministério da Saúde, e ganhariam o apoio da rede hospitalar privada. Também propõe a revisão do acordo desportivo firmado com Cuba. Segundo a MUD, o acordo com Cuba trouxe não apenas dez mil treinadores para a Venezuela, mas também “*laintolerancia ideológica y el sectarismo*” (MUD, 2012, p.126). Enfim, Cuba aparece de forma bastante negativa, inclusive o documento aponta que Chávez tenta implantar na Venezuela um sistema similar ao vigente em Cuba e na Coreia do Norte ao ignorar a lei e a vontade dos venezuelanos para impor seu modelo político e econômico.

Dado o anterior, ainda que não apresente nenhuma proposta contundente de mudança na política externa venezuelana, as linhas gerais do documento apontam para alterações significativas. Para o Brasil, a retomada das relações com os Estados Unidos e o reforço das relações comerciais com o país significaria a redução das exportações brasileiras para a Venezuela. A vitória da oposição representaria o maior abalo à nova esquerda sul-americana num cenário de instabilidade política no Paraguai, no qual em junho de 2012, o presidente Fernando Lugo sofreu um impedimento relâmpago, e no qual o Chile é governado pela direita, e a Colômbia, ainda que tenha fortalecido os laços com os países sul-americanos no governo de Juan Manuel Santos, possui maior proximidade com a agenda norte-americana para a região.

Esta agenda foi defendida nas eleições venezuelanas de outubro de 2012 por Henrique Capriles Radonsky, e o fará novamente nas eleições de abril de 2013. Desde as eleições de 2010 para a Assembleia Nacional, nas quais a oposição obteve a maioria dos votos apesar de não ter obtido o maior número de cadeiras, os partidos opositoristas alimentaram uma grande expectativa sobre a possibilidade de vencer as eleições presidenciais de 2012 se conseguissem uma candidatura única da oposição. Ao longo de 2011, a Mesa da Unidade Democrática conseguiu alcançar um acordo para a realização de eleições primárias abertas à participação de todos os eleitores venezuelanos. Concorreram nas prévias, além de Capriles, o governador do estado de Zulia, Pablo Pérez, a deputada mais votada à Assembleia Nacional em 2010, Maria

Corina Machado, e candidatos de menor expressão, Pablo Medina e Diego Arria. Também se inscreveu nas prévias, Leopoldo López, ex-prefeito de Chacao, mas renunciou antes das prévias por ter a sua candidatura presidencial barrada pela Justiça, e tornou-se o chefe da campanha de Capriles. Maria Corina Machado representava o discurso mais radical da oposição. Marcou sua posição militante contra o governo Chávez ao interromper a prestação de contas de Chávez perante a Assembleia Nacional em 13 de janeiro de 2012 para contestar a realidade apresentada por Chávez e dizer “*expropiar es robar*”³, o que se tornou um dos slogans da oposição. Em sua agenda aparecia claramente a alteração da legislação petroleira, a reversão das estatizações, o fim do controles de preços, entre outras.

Escolhido nas primárias de 12 de fevereiro de 2012, Henrique CaprilesRadonski, era exatamente o pré-candidato que procurou se aproximar mais da imagem de Chávez, tanto na prática política como no discurso e no uso dos símbolos venezuelanos. Apesar de estar vinculado à direita, ter participado de uma tentativa de invasão da embaixada de Cuba durante o golpe de abril de 2002, Capriles busca se vincular à esquerda moderada da América do Sul, inclusive ao ex-presidente Lula. Iniciou no estado de Miranda um programa chamado “Hambre Cero”, por exemplo, que consta também no seu programa de governo presidencial. Também não se compromete a reverter qualquer das políticas adotadas por Chávez, mesmo o controle de preços, introduzido no início de 2012, deve ser mantido até que se criem as condições para não ser mais necessário⁴. O programa entregue ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) por Capriles⁵, apesar de extenso, tende a ter um caráter mais genérico e procura reforçar a ideia que a diferença com o chavismo é que trabalhará pela unidade de toda Venezuela, pela despolitização da PDVSA e das políticas sociais fazendo com que todos possam ser beneficiários das

³<http://www.talcualdigital.com/nota/visor.aspx?id=64379>

⁴Entrevista de Henrique Caprilesao Valor Econômico, disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=800714>

⁵O programa de Capriles pode ser encontrado aqui: http://www.cne.gov.ve/web/normativa_electoral/elecciones/2013/presidenciales/documentos/programas/HENRIQUE_CAPRILES.pdf e o de Maduro, que reproduz o de Chávez, aqui: http://www.cne.gov.ve/web/normativa_electoral/elecciones/2013/presidenciales/documentos/programas/NICOLAS_MADURO.pdf

políticas em curso e não apenas os amigos do governo⁶. Como já mencionado, para as eleições presidenciais de 14 de abril de 2013, Capriles tenta incorporar ainda elementos simbólicos do chavismo ao nomear a sua coligação de Comando de Campanha Simón Bolívar. Capriles desde que se colocou como provável candidato presidencial tenta se apropriar dos símbolos venezuelanos fortemente utilizados por Chávez, mesmo sob críticas de aliados, utilizou as cores da bandeira venezuelana e vestiu roupas tricolores, amarela, azul e vermelha como também Chávez utilizava. Agora contra Maduro, tenta se reapossar de Simón Bolívar, e transformar o pleito no confronto entre dois mitos políticos venezuelanos, Simón Bolívar e Hugo Chávez, nome dado ao Comando de Campanha de Nicolás Maduro.

Apesar do esforços da oposição para se manter unida os resultados eleitorais não lhe foram favoráveis. Depois de praticamente dois anos em campanha com o apoio da imprensa privada, especialmente do canal de televisão *Globovisión*⁷, Capriles foi derrotado por Hugo Chávez. Obviamente, não faltou espaço para o governo na medida em que há muitos canais estatais e as cadeias nacionais de televisão que podem ser convocadas pelo governo.

⁶Manifestação recente da MUD ressalta este aspecto: “Venezuela somos todos. De eso se trata La Unidad. De eso se trata la candidatura presidencial de Capriles y el gobierno de Unidad Nacional que presidirá si, com nuestro voto, lo elegimos Presidente de la República el próximo 14 de abril. Presidente de todos los venezolanos. De todos, sin excepciones, sin exclusiones, sin discriminaciones, sin divisiones. Una posibilidad real que tenemos em la mano. Una oportunidad de cambiar las cosas para bien y para todos. Porque Venezuela no es ungrupito. Ni ungrupito de gente “enchufada” políticamente. Ni ungrupito de ricos y poderosos. Ni ungrupito de resentidos que usanel poder para cobrarse agravios que los demás, sinceramente, no les debemos. Venezuela no es una parte, somos todos. Todos. Y todos hacemos falta. Y todos merecemos tener país. Y todos nos necesitamos. Y todos nos ayudamos. Jóvenes y viejos. Estudiantes y profesores. Hombres y mujeres. Trabajadores y empresarios. Civiles y militares. Así, como una familia grande. Ya basta de pleito ¿Hasta cuándo divisiones? Si vamos a vivir juntos, ¿por qué no podemos trabajar juntos para progresar juntos?” Disponível em: <http://www.unidadvenezuela.org/2013/03/editorial-venezuela-somos-todos/>

⁷Em carta aberta aos funcionários do canal quando saíram as notícias sobre sua venda no início de março de 2013, o presidente do canal, Guillermo Zuloaga escreveu: “El año pasado, tomé la decisión de hacer todo lo que estuviera en nuestro poder, a riesgo del capital de los accionistas y conscientes de las implicaciones que esta actitud podría traer, para lograr que la oposición ganara las elecciones de octubre. Era la oportunidad, como venezolanos, para recuperar nuestro país. En Globovisión lo hicimos extraordinariamente bien y casi lo logramos, pero la oposición perdió.” Disponível em: <http://globovision.com/articulo/globovision-informara-este-lunes-sobre-versiones-de-supuesta-venta-del-canal>

Chávez obteve 55,07% dos votos válidos, e Capriles, 44,31%. O restante é de candidatos sem expressão que não obtiveram no total nem 1% dos votos. O desempenho de Capriles foi significativamente melhor do que o obtido pelo principal candidato de oposição em 2006, Manuel Rosales, 36,90%. Mas foi similar à quantidade total de votos obtidos pelos adversários de Chávez em 1998, 43,80% dos votos válidos. O que variou ao longo do tempo foram as abstenções. O voto não é obrigatório na Venezuela. Em 1998, 36,55% dos eleitores se abstiveram, nas presidenciais de 2000, o número sobe para 43,69%. Em 2006, cai para 25,30%, e em 2012, a abstenção caiu para 19,52% dos eleitores⁸. A diminuição da abstenção reflete o cenário de polarização política na qual os dois grupos procuram levar os seus militantes às ruas e às urnas. Esta realidade faz com que em termos absolutos o número de votos para Chávez suba ainda que caia proporcionalmente ao número de votos válidos. A maior parte do contingente, que deixou de ser abster, votou na oposição.

Estes resultados poderiam ser explicados pela força da figura de Hugo Chávez, pelas políticas sociais introduzidas ou mesmo por eventual uso político do tratamento contra o câncer desde de junho de 2011. Entretanto, os resultados das eleições para os governos estaduais parece mostrar haver um elo mais forte do eleitor com o chavismo. Nas eleições estaduais de 16 de dezembro de 2012, o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) venceu em 20 estados e a oposição em 3. A oposição governava antes 7 estados. Perdeu no estado de Zulia, principal estado petrolífero, e cujo governador havia disputado indicação para candidato presidencial da MUD, foi derrotado na tentativa de reeleição pelo candidato Francisco Arias Cárdenas do PSUV. A MUD também foi derrotada no estado Táchira, importante estado na fronteira com a Colômbia, o governador derrotado César Pérez Vivas sempre obteve espaço nos canais privados para fazer fortes críticas às políticas do governo Chávez em relação à Colômbia e às fronteiras. Henrique Capriles, derrotado nas presidenciais de outubro, conseguiu a vaga de candidato ao governo do estado de Miranda no lugar de Carlos Ocariz que havia vencido as primárias organizadas pela MUD. Capriles enfrentou o ex-vice-presidente

⁸Os dados sobre as eleições venezuelanas podem ser encontrados na página do Conselho Nacional Eleitoral: http://www.cne.gov.ve/web/estadisticas/index_resultados_elecciones.php

Elías Jaua. Foi uma eleição bastante apertada, Capriles obteve 51,83% dos votos válidos e Jaua 47,82%.

No sistema política venezuelano, a figura do vice-presidente é uma inovação introduzida pela Constituição de 1999, e apresenta um caráter singular, o vice-presidente é nomeado como qualquer ministro. Assim, logo após a vitória em 7 de outubro, Chávez trocou o vice-presidente da República, nomeou Nicolás Maduro, que passa a acumular a nova função com o cargo de Ministro das Relações Exteriores, no qual estava desde 2006. Jaua sai para ser candidato ao governo do estado de Miranda. Esta troca vinha sendo especulada desde o anúncio do câncer de Chávez em 2011. Jaua representa os setores mais radicais do chavismo, com a agenda mais estatizante. Nesse sentido, teria dificuldade tanto em manter o chavismo unido como em se viabilizar eleitoralmente para a presidência. Então, sempre que a questão do sucessor, do herdeiro político de Chávez era colocada, o nome de Jaua tendia a ser descartado. A troca do vice-presidente em outubro, portanto, já indicava que finalmente Chávez estava apontando seu herdeiro político. O que não se esperava era a deterioração rápida das condições de saúde do presidente.

Chávez anunciou o retorno a Cuba antes mesmo das eleições estaduais e indicou como herdeiro político o vice-presidente Nicolás Maduro. Logo se instalou a controvérsia, Chávez não sendo reempossado em 10 de janeiro, quem exerceria a presidência, Nicolás Maduro ou Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional? Aí estava uma questão com potencial de acirrar os conflitos dentro do chavismo. A partir da releitura do artigo 231 da Constituição, a questão foi postergada, a posse poderia ser adiada para quando Hugo Chávez tivesse condições de ser empossado, e, portanto, como continuidade do mandato anterior, o vice-presidente assumiria. Note-se que na Venezuela as datas das eleições e os períodos dos mandatos possuem alguma flexibilidade, não há a rigidez da legislação brasileira. Por exemplo, as eleições municipais já foram adiadas de abril de 2013 para julho, e agora podem ser postergadas novamente em virtude da nova eleição presidencial. Ou seja, o início e o final do mandato possuem alguma flexibilidade.

A estratégia adotada se baseava na expectativa de Chávez se recuperar o suficiente para tomar posse, por isso retornou à Venezuela. Com qualquer tênue recuperação, Chávez poderia tomar posse, e renunciando ou declarado incapaz ou falecendo, o vice-presidente seria legitimamente o presidente e convocaria as eleições podendo concorrer nas eleições no exercício da função de presidente da República.

O artigo 233 foi redigido sem cogitar a hipótese de um candidato já reeleito adoecer gravemente no exercício do cargo antes de tomar posse novamente. Numa leitura literal e estrita do artigo 233, findo o período, o presidente da Assembleia Nacional deveria assumir o exercício da presidência e convocar novas eleições em 30 dias. Entretanto, como negar a presidência a Chávez eleito há três meses ainda vivo mesmo que gravemente enfermo? E como entregar a presidência ao presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, sem que isso representasse um aguçamento dos conflitos internos ao chavismo e ao PSUV?

Sem a posse de Chávez era necessário uma aliança entre as diferentes correntes chavista para garantir uma saída institucional que evitasse o exacerbamento dos conflitos dentro do chavismo e ainda respeitasse a escolha de Chávez sobre seu sucessor na liderança do movimento. A decisão de manter Nicolás Maduro na presidência não tem base legal no sentido estrito do termo. No vácuo jurídico, a aliança chavista foi capaz de se manter unidade em torno de Maduro e impor uma saída legitimada pelo Tribunal Supremo de Justiça.

Há três agrupamentos principais hoje no chavismo: a família Chávez, cujo principal nome hoje é o irmão Adán Chávez, governador do estado de Barinas; os militares, cuja liderança mais expressiva politicamente é Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional; e a esquerda mais radical do chavismo, cujo nome de maior expressão é Elias Jaua. Maduro foi escolhido como sucessor, não por ser a liderança mais conhecida e popular, mas por ter condições de transitar nos diferentes grupos e apresentar menor rejeição eleitoral. Evidentemente não pode ser menosprezado o fato de Maduro ter sido o ministro das Relações Exteriores desde 2006, um dos ministros mais longevos, isto deve facilitar encontrar apoio junto aos governos estrangeiros, particularmente da América Latina, ao sucessor de Chávez.

A eleição de importantes aliados militares de Chávez para governos estaduais, como Francisco Arias Cárdenas eleito governador do importante estado de Zulia em dezembro de 2013, principal estado petrolífero e antes governado pela oposição, ou ainda Henry Rangel Silva, ex-ministro da Defesa, eleito governador do estado de Trujillo, diminuiu o peso de Diosdado Cabello como liderança política dos militares, há outros militares ocupando postos políticos importantes e comprometidos com a agenda política traçada por Hugo Chávez. Isto favoreceu que o presidente da Assembleia Nacional não reivindicasse a posse como presidente, encontraria focos de oposição dentro da sua própria base de apoio. O pronunciamento militar em apoio à posse de Maduro foi essencial para viabilizar esta saída. E o apoio militar à Maduro ficou ainda mais evidente após a morte de Chávez com a declaração do Ministro da Defesa, Diego Molero, que as Forças Armadas Nacionais deveriam apoiar a candidatura de Maduro a presidente para cumprir a vontade manifestada pelo falecido presidente Hugo Chávez⁹.

Derrotado por Henrique Capriles nas eleições para governador do estado de Miranda por estreita margem de votos em dezembro de 2012, como anteriormente indicado, Elias Jaua foi nomeado por Maduro como ministro das Relações Exteriores, cargo acumulado ainda por ele junto com a vice-presidência após as eleições de 7 de outubro de 2012. Jaua foi o encarregado do anúncio público que, com a morte de Chávez, Maduro assumiria a presidência e convocaria novas eleições. O genro de Hugo Chávez, Jorge Arreaza, foi nomeado por Maduro vice-presidente da República.

A unidade entre as diferentes vertentes do chavismo é fundamental para vencer a eleição presidencial de 14 de abril. A eleição é em turno único, qualquer divisão favorece o adversário, por isso mesmo, a oposição também batalhou para conseguir um candidato único para a eleição de outubro de 2012, e manteve-se unida para o 14 de abril.

⁹<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/hugo-chavez-1954-2013/130306/ministro-molero-llamo-a-votar-por-maduro-para-dar-en-la-madre-a-fascis>, e manifestação mais recente: <http://noticiaaldia.com/2013/03/ministro-molero-ofrecio-apoyo-incondicional-a-maduro-esa-grandeza-nos-la-infundio-chavez/>

Considerações finais

As eleições serão vencidas por Nicolás Maduro, a força do chavismo já demonstrada no ano passado aliada à comoção pela morte de Chávez tornam este pleito praticamente invencível para a oposição. A Mesa da Unidade Democrática (MUD) reconhece isso, mas entende ser importante legitimar o processo. Por quê? Porque desde o fracasso da tentativa de golpe de 2002, a oposição percorreu um longo caminho buscando a unidade e a vitória por meio eleitoral, e agora, se vislumbra em médio prazo uma possibilidade de instabilizar e retirar os chavistas do poder. Sabendo-se derrotada, a oposição mira na possibilidade de realização do referendo revogatório de mandato após dois anos do novo mandato presidencial. Em 2004, Chávez venceu o referendo, mas agora as condições políticas e econômicas são outras.

A oposição aposta num cenário de deterioração econômica que derrube a popularidade do presidente Nicolás Maduro e que ao mesmo tempo quebre a unidade do chavismo. Neste quadro seria viável obter os votos necessários para encerrar o período presidencial de Maduro e novas eleições presidenciais serem convocadas. Mantendo-se unida num cenário de deterioração econômica e fragmentação do chavismo, a oposição vence as eleições. Um primeiro indicador sobre a viabilidade desta estratégia, após a eleição presidencial de 14 de abril, será as eleições municipais, nas quais novamente as duas forças irão se confrontar caso as sejam postergadas mais para o final do segundo semestre de 2013

Quão provável é esse cenário? A fragmentação política do chavismo é bastante provável, não é uma questão apenas de disputas pessoais pelo poder, mas diferenças significativas no modelo político e econômico defendido. Chávez se equilibrava entre as diferentes tendências e por isso não deixou um modelo de desenvolvimento consolidado. Dificilmente Maduro terá a mesma habilidade. Politicamente, Maduro terá que se mostrar inclusive capaz de controlar a PDVSA, de se colocar de fato como o chefe do ministro de Petróleo e Minas, Rafael Ramírez. Mesmo com um peso menor do que Ramírez, toda a equipe ministerial herdada se colocará como legítima defensora do legado chavista e Maduro, inicialmente, não terá condições políticas de mudar os ministros sem implodir sua base de apoio. Assim ainda que ganhe por esmagadora

maioria, o poder de Maduro estará restringido pela coalisão de forças que o aceitou e o reconheceu como o herdeiro de Chávez.

A deterioração econômica é improvável. Ainda que o preço do petróleo caia nos próximos anos ainda se manterá num patamar bastante elevado e lucrativo para os países petroleiros permitindo manter as políticas sociais. A recente desvalorização cambial ainda terá impacto na economia venezuelana, e alguns setores da sociedade sentirão seu impacto. Entretanto, os efeitos serão maiores sobre as classes de renda alta e setores médios, que, em sua maioria, já fazem parte do núcleo opositor. A maior parte da base chavista não sente a crise econômica retratada pelos jornais e pela oposição. Para a base chavista, os alimentos são comprados nos mercados populares mantidos pelo governo, a inflação e a desvalorização cambial têm pouco ou nenhum impacto sobre a realidade destas famílias.

Em termos externos, as relações da Venezuela sob Maduro devem ser marcadas pela continuidade das linhas básicas do período Chávez. As variações serão mais de tom e de algumas práticas do que de discurso. Os EUA já demonstraram interesse em se reaproximar da Venezuela enviando representantes aos funerais de Chávez e Maduro agradeceu publicamente o comparecimento da delegação norte-americana, uma tentativa de demonstração mútua de boa vontade.

Entretanto, a retórica antiamericana não deve refluir no curto prazo. Maduro precisa se legitimar junto às bases, e no ministério das Relações Exteriores colocou Elias Jaua, um dos maiores entusiastas do processo de estatização de empresas de capital privado nacional e estrangeiro como instrumento de política para construção do socialismo do século XXI, então, a retórica antiamericana de Chávez se não for reproduzida por Maduro encontrará eco em Elias Jaua. Esta retórica apareceu no dia da morte de Chávez e já foi reiterada algumas vezes depois. Precedendo o anúncio da morte do presidente Hugo Chávez, Maduro fez um duro discurso em relação aos Estados Unidos e expulsou o adido militar norte-americano por conspirar contra a estabilidade política da Venezuela. E ainda acusou os Estados Unidos de terem causado o câncer de Chávez.

Maduro ocupou o Ministério das Relações Exteriores de 2006 até 2013, ainda que não tenha definido as diretrizes da política externa, certamente as incorporou e levará para sua presidência como parte do legado de Chávez. Neste sentido, não se deve esperar mudanças na política em relação à China e à América Latina, nem mesmo em relação à Cuba. Apenas uma deterioração econômica venezuelana poderia colocar em xeque a política de petróleo barato para os países do Caribe e para os aliados da Alba, especialmente Cuba. É provável, que sem mudança no discurso, se adote uma postura de baixo perfil nas relações com o Irã, a Bielo-Rússia, e Síria. Vulnerável à instabilidade política interna, Maduro procurará reduzir as pressões internacionais sobre a Venezuela. Mas os negócios com o Irã, e particularmente com a Bielo-Rússia devem ser mantidos, especialmente a última, tem participação importante no projeto habitacional iniciado por Chávez, *GranMisiónVivienda Venezuela*.

A aliança com o Brasil deve ser ainda mais fortalecida num futuro governo Maduro, a forte presença de empresas brasileiras na Venezuela e as exportações brasileiras para o país devem se incrementar. Especialmente na situação da oposição convocar o referendo revogatório de mandato, Maduro precisará fortemente do apoio do Brasil neste processo, repetir-se-ia o cenário de 2003-2004 no qual o Brasil foi o mediador entre o governo e a oposição, e entre a Venezuela e os EUA para garantir o bom andamento do processo e do resultado.

Nos primeiros anos de um governo Maduro não se deve esperar mudanças significativas especialmente no discurso. Maduro demandará algum tempo para assumir de fato o governo e ser capaz de definir algumas diretrizes próprias de governo. Além do risco de perder apoio dentro do bloco chavista, Maduro será eleito para ser o herdeiro de Chávez, o continuador, então mesmo junto à população qualquer mudança será vista com desconfiança, e por alguns, como traição. Maduro vencerá facilmente as eleições por ser o escolhido de Chávez, mas por isso mesmo, terá pouca margem de manobra no governo.

Este cenário, no qual a oposição vislumbra a oportunidade de deslocar o chavismo do poder no médio prazo e Maduro precisa se legitimar e criar uma base de sustentação, torna a campanha eleitoral de 2013 mais verborrágica e com um maior

nível de ataques pessoais. Capriles não atacará propriamente Chávez ou seu governo ou suas políticas, mas Nicolás Maduro, tentando desgastar a sua imagem¹⁰. E os chavistas tentam reforçar a pecha de antipatriota de Capriles, aliado dos Estados Unidos e promotor da instabilidade política na Venezuela. O chavismo se tornou maioria eleitoralmente, mas não tem a hegemonia, no sentido gramsciano, na sociedade, o que favorece o aumento das fricções, dos conflitos abertos entre os dois grupos neste momento de ausência da liderança de Chávez.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- ARNOUX, Elvira Narvaja. **El discurso latinoamericanista de Hugo Chávez**. Buenos Aires: Biblos, 2008.
- BARBOSA, Rubens Antonio. **O dissenso de Washington: notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- BOERSNER, Demetrio. **Incidencia internacional de la política exterior venezolana**. *Nueva Economía*, Caracas, n. 29, 05/2009.
- CARMO, Corival Alves do. “Confrontando a o subdesenvolvimento e a dependência: a Venezuela de Hugo Chávez” in CARMO, Corival Alves do; BARROS, Pedro Silva;

¹⁰Alguns exemplos do noticiário recente: “*Maduro a Capriles: El peor homofóbico es el que se niega a sí mismo y discrimina al igual*” (<http://www.vtv.gob.ve/articulos/2013/03/13/maduro-a-capriles-el-peor-homofobico-es-el-que-se-niega-a-si-mismo-y-discrimina-al-igual-2079.html>), “*Capriles acusa a Maduro de homófobo por decir que 'a élsí' legustan las mujeres*” (<http://www.20minutos.es/noticia/1756662/0/venezuela/capriles-maduro/homofobico/>), “*Capriles a Maduro: Nadie te eligió Presidente, el pueblo no votó por tí*” (<http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/hugo-chavez-1954-2013/130308/capriles-a-maduro-nadie-te-eligio-presidente-el-pueblo-no-voto-por-ti>), “*Maduro asegura que 'funcionarios de la CIA' planean asesinar a Capriles*” (<http://www.elmundo.es/america/2013/03/17/venezuela/1363536835.html>), “*Pronunciamiento del gobierno sobre Corea del Norte deber ser claro*” (<http://www.unidadvenezuela.org/2013/03/pronunciamiento-del-gobierno-sobre-corea-del-norte-debe-ser-claro/>).

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela: Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007.

CARMO, Corival Alves do. **Venezuela: democratização e transformações econômicas no governo Hugo Chávez**. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília-SP, vol. 1, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/1826>>. Acesso em: 07/04/2012.

EL TROUDI, Haiman. **La Política Económica Bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista en Venezuela**. Caracas: CEPES/Monte Ávila, 2010.

FIGUEROA, Naudy Suárez. **Punto Fijo y otros puntos. Los grandes acuerdos políticos de 1958**. Caracas: Fundación Rómulo Betancourt, 2008.

GARCÍA-GUADILLA, María Pilar . **La Praxis de los consejos comunales en Venezuela: ¿Poder popular o instancia clientelar?** *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 14, n. 1, abril/2008. Disponível em : <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112008000100009&lng=es&nrm=iso&tlng=ES>.

GIORDANI, Jorge. **La transición venezolana al socialismo**. Caracas: Vadell Hermanos, 2009.

LANDER, Edgardo. “Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico” in CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. São Paulo: CLACSO, 2005.

LANDER, Edgardo. **El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela**. *OSAL*, ano 7, n. 22, setembro/2007. Buenos Aires.

LANDER, Luis E. **La insurrección de los gerentes: PDVSA y el gobierno de Chávez**. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v.10, n.2, pp.13-32, 2004. Caracas.

LÓPEZ MAYA, Margarita. **Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo**. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 14, n.3, pp. 55-82, 2008. Caracas.

MANZANO, Osmel. **Venezuela y su petróleo: el destino de la renta**. Caracas: Centro Gumilla/UCAB, 2009.

MAZA ZAVALA, Domingo F. **La Década crítica de la economía venezolana, 1998-2007**. Caracas: CEC, 2009.

MENDIBLE, Alejandro; ROMERO, Carlos *et alli*. **La Integración Suramericana: presencia de Venezuela y Brasil**. Caracas, 2007: Ediciones del Vicerrectorado Académico-UCV/Centro de Estudios de América.

MUD – Mesa de La Unidad Democrática. **Lineamientos para el Programa de Gobierno de Unidad Nacional (2013-2019)**. Janeiro de 2012. Disponível em: <<http://static.eluniversal.com/2012/01/23/lineamientosmesaunidad.pdf>> Acesso em: 22/06/2012.

PDVSA. **Informe de Gestión Anual 2009**.

RAMÍREZ, Rafael. “Caso Exxon Mobil: una jugada anti Opep. Discurso del ministro y presidente de Pdvsa, Rafael Ramírez, en la Asamblea Nacional, con motivo del arbitraje internacional entre Pdvsa y Exxon Mobil.” in VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. **La Pdvsa nacionalista venció a Exxon Mobil imperialista. Nuestra plena soberanía petrolera**. Caracas: 14 de febrero de 2008. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/libros-folletos/6/455582/?desc=la_pdvsa_nacionalistaweb.pdf>.

VENEZUELA. **Constitución de 1961**. Disponível em: <http://venciclopedia.com/index.php?title=Constituci%C3%B3n_Nacional_de_1961>. Acesso em 24/09/2011.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de Planificación Pública y Popular**. 10/12/2010.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de Controladoría Social**. 10/12/2010.

VENEZUELA. **Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública**. 28/12/2010.

VENEZUELA. **Ley de los Consejos Estadales de Planificación y Coordinación de Políticas Públicas**. 28/12/2010.

VENEZUELA. **Ley Orgánica del Poder Popular**. 09/12/2010.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de las Comunas**. 13/12/2010.

Artigo recebido dia 10 de março de 2013. Aprovado em 20 de abril de 2013.

RESUMO

O artigo analisa as perspectivas e o ciclo eleitoral venezuelano marcado pelas eleições presidenciais de outubro de 2012 e abril de 2013 e as eleições estaduais de dezembro de 2012, aponta como as mudanças políticas e sociais introduzidas pelo presidente Hugo Chávez criaram uma nova realidade para a Venezuela e as dificuldades enfrentadas pela oposição para aceitar este legado e ao mesmo tempo propor mudanças. Aponta-se ainda o cenário de acentuação da polarização política com a eleição de Maduro e a aposta da oposição no uso do referendo revogatório de mandatos. Analisa-se ainda os reflexos sobre a política externa e o papel que o Brasil pode desempenhar no novo cenário.

PALAVRAS-CHAVE

Venezuela, Hugo Chávez, Integração Latino-Americana.

ABSTRACT

The article examines the prospects and electoral cycle marked by Venezuelan presidential elections in October 2012 and April 2013 and the state elections of December 2012, indicates how the political and social changes introduced by President Hugo Chavez created a new reality for Venezuela and the difficulties faced by the opposition to accept this legacy and at the same time propose changes. It points still the scenario of intensification of political polarization with the election of Maduro and the opposition strategy of use recall referendum. It is analyzed still the consequences on Venezuelan foreign policy and the role that Brazil can play in the new scenario.

KEYWORDS

Venezuela, Hugo Chávez, Latin American Integration.